



O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P.C.P.

ALGUMAS QUESTÕES DE PRINCÍPIO REFERENTES AO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL ACTUAL

Parte do Informe sobre a actividade do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, apresentado ao XX.º Congresso do Partido pelo camarada Kruchov.

CAMARADAS:

Devo deter-me sobre algumas questões fundamentais do desenvolvimento internacional actual, que determinam não só a marcha dos acontecimentos em curso mas também as perspectivas do futuro.

São as questões relativas à coexistência pacífica dos dois sistemas, à possibilidade de conjugar as guerras na nossa época e às formas de passagem dos diferentes países ao socialismo.

Examinemos brevemente estas questões:

A coexistência pacífica dos dois sistemas:
O princípio leninista da coexistência pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes foi e continua sendo a linha geral da política externa do nosso país.

Pretende-se que a União Soviética enuncia o princípio da coexistência pacífica unicamente por razões de tática e de conjuntura. Sabe-se, no entanto, que nos pronunciámos pela coexistência pacífica com a mesma perseverança no passado, desde os primeiros anos do poder dos Soviéticos. Não é, portanto, uma manobra tática, mas um princípio fundamental da política externa soviética.

Isto quer dizer que, mesmo que a coexistência pacífica dos países com sistemas políticos e sociais diferentes esteja ameaçada, isso não provém de maneira nenhuma da União Soviética ou do campo socialista. O Estado Socialista tem algum motivo para desencadear uma guerra de agressão? Existirão entre nós classes e grupos interessados na guerra como meio de enriquecimento? Não. Há muito que eles foram suprimidos entre nós. Teremos pouca terra e riquezas naturais, teremos falta de fontes de matérias-primas ou de mercados para as nossas mercadorias? Não, temos tudo isto com abundância. Neste caso, que necessidade teríamos nós da guerra? Nenhuma. Nós repelimos como princípio a política que tem por efeito precipitar milhões de homens nas guerras em nome dos interesses egoístas de um punhado de multi-milionários. Tudo isto é conhecido por aqueles que gritam sobre os «desígnios agressivos» da U.R.S.S.? Sim, certamente que é. Por que continuam eles então a bradar até enrouquecer sobre uma pretensa «agressão comunista»? Unicamente para turvar a água, para camuflar os seus planos de dominação mundial, de «crusada» contra a paz, contra a democracia e o socialismo.

Ainda hoje os inimigos da Paz se esforçam para fazer crer que a União Soviética teria a intenção de derubar o capitalismo nos outros países «exportando» a revolução. É evidente que entre nós, comunistas, não há adeptos do capitalismo. Mas isto não quer de maneira nenhuma dizer que interviemos ou estejamos dispostos a intervir nos assuntos internos dos países onde reina a ordem capitalista. Romain Rolland tinha razão em dizer que a revolução não se exporta em fougons do estrangeiro, como os Bourbons. (Animação na sala). É ridículo pensar que as revoluções se fazem por

encomenda. Muitas vezes, pode-se ouvir os representantes dos países burgueses raciocinar assim: «Os dirigentes soviéticos sustentam que são pela coexistência pacífica dos dois sistemas. Ao mesmo tempo, declaram lutar pelo comunismo; dizem que o comunismo triunfará em todos os países. De que coexistência pacífica se pode tratar em relação à União Soviética, se ela se bate pelo comunismo?». Uma tal pergunta deve-se à influência da propaganda burguesa. Os ideólogos da burguesia, alterando os factos, misturam conscientemente as questões da luta ideológica com as das relações entre Estados, para apresentar os comunistas da União Soviética como pessoas agressivas.

Quando dizemos que o sistema socialista triunfará na competição dos dois sistemas, capitalismo e socialismo, isto não significa de maneira nenhuma que a vitória seja-lhe obtida por uma intervenção armada dos países socialistas nos assuntos internos dos países capitalistas. A certeza que temos da vitória do comunismo baseia-se no facto de que o modo de produção socialista possui vantagens decisivas sobre o modo capitalista. É precisamente por esta razão que as ideias do marxismo-leninismo ganham cada vez mais a consciência das grandes massas laboriosas dos países capitalistas, como ganharam as de milhões de homens do nosso país e dos países de democracia popular. (Aplausos prolongados) Temos a convicção de que todos os trabalhadores do mundo, depois de se darem conta das vantagens do comunismo, começarão, mais cedo ou mais tarde, a luta pela construção da sociedade socialista. (Aplausos prolongados). É porque edificamos o comunismo no nosso país que nós nos erguemos resolutamente contra o desencadear de guerra. Temos sempre afirmado e continuamos a afirmar que o estabelecimento dum novo regime social neste ou naquele país é um assunto interno do povo desse país. Tais são as nossas posições, baseadas na grande doutrina do marxismo-leninismo.

O princípio da coexistência pacífica é admitido cada vez mais largamente à escala internacional. Este princípio tornou-se uma das pedras angulares da política externa da República Popular da China e dos outros países de democracia popular. É aplicado activamente pela República Indiana, a União Birmanesa e outros Estados. Isto está na ordem lógica das coisas, porque na situação actual não há qualquer outra saída. Com efeito, não há senão dois caminhos: ou coexistência pacífica ou a guerra mais destruidora da história. Não há terceiro caminho.

Nós pensamos que os países com sistemas sociais diferentes podem não só existir lado a lado, mas que é preciso ir mais longe para a melhoria das suas relações, o reforçamento da confiança entre elas, para a cooperação. O alcance histórico dos cinco princípios bem conhecidos formulados pela República Popular da China e a República Indiana e apoiados pela Conferência de Ban-

lung, assim como uma larga opinião pública internacional, reside precisamente no facto de que eles representam, nas condições presentes, a melhor forma de relações entre Estados de regimes sociais diferentes. Por que não se fazer deles a base das relações pacíficas entre todos os Estados em qualquer parte do globo? A adesão de todos os Estados aos cinco princípios corresponderia aos interesses vitais e às exigências dos povos.

A possibilidade de conjurar as guerras na nossa época: Milhões de homens no mundo inteiro perguntam: é inevitável uma nova guerra? A humanidade, que conheceu duas guerras mundiais sangrentas, deverá conhecer uma terceira? Os marxistas devem responder a esta questão tendo em conta as transformações de alcance histórico mundial que se produziram no decorrer das últimas dezenas de anos.

Como se sabe, há a tese marxista-leninista segundo a qual as guerras são inevitáveis enquanto exista o imperialismo, tese que foi elaborada no período em que, em primeiro lugar, o imperialismo era um sistema mundial, um sistema universal e, em segundo lugar, em que as forças sociais e políticas que não tinham interesse na guerra eram fracas, insuficientemente organizadas e não podiam, por isso, obrigar os imperialistas a renunciar à guerra.

De ordinário, não se tem em conta senão um aspecto da questão, senão a base económica das guerras sob o imperialismo. Mas isto é insuficiente. A guerra não é somente um fenómeno económico. Na questão de saber se a guerra terá ou não lugar, a correlação das forças de classe, das forças políticas, o grau de organização e a vontade consciente dos homens têm uma grande importância. Mais ainda, em certas condições, a luta das forças sociais e políticas de vanguarda pode desempenhar nesta questão um papel decisivo. Até aqui, as forças que não tinham interesse na guerra e que lutavam contra ela estavam debilmente organizadas, não tinham os meios de opor a sua vontade aos desígnios dos fautores de guerra. Isso aconteceu nas vésperas da primeira guerra mundial, quando a força principal que lutava contra a ameaça de guerra, o proletariado internacional, foi desorganizada pela traição dos chefes da II.^a Internacional. O mesmo aconteceu nas vésperas da II.^a guerra mundial, quando a União Soviética era o único Estado que conduzia uma política de Paz activa, quando as outras grandes potências encorajavam de facto os agressores e o movimento operário nos países capitalistas estava dividido pelos dirigentes de direita da social democracia.

Aquela tese era completamente justa para esse período. Mas, actualmente, a situação mudou radicalmente. O campo mundial do socialismo nasceu e tornou-se uma força poderosa. As forças da paz encontram aí os meios não só morais mas também materiais para evitar a agressão. Além disso, existe um numeroso grupo de outros Estados, com uma população de centenas de milhões de pessoas, que lutam activamente contra a guerra. O movimento operário nos países capitalistas tornou-se, nos nossos dias, uma força considerável. O movimento dos partidários da paz nasceu e tornou-se um factor poderoso.

Nestas condições, evidentemente, continua válida a tese leninista segundo a qual enquanto existir o imperialismo existe também uma base económica para o desencadeamento da guerra. Por isso, é-nos preciso observar uma extrema vigilância. Enquanto existir o capitalismo, as forças reaccionárias que representam os interesses dos monopólios capitalistas prosseguirão as suas tentativas de aventuras militares e de agressão; podem tentar desencadear a guerra. Mas as guerras não são inevitáveis, não são fatais. Há presentemente forças sociais e políticas poderosas que dispõem de meios sérios para impedir os imperialistas de desencadear a guerra e, no caso em que estes

o ousassem, para infligir uma resposta fulminante aos agressores e desbaratar os seus planos aventureiros. É preciso, para isso, que todas as forças empenhadas contra a guerra estejam vigilantes e em guarda, que elas formem uma frente, unidas, e não abrandemos seus esforços na luta pela manutenção da paz. Quanto mais os povos defenderem activamente a Paz, mais assegurado estará que não haverá guerra. (*Vivos aplausos prolongados*).

As formas de passagem dos diferentes países ao socialismo: Com as modificações fundamentais produzidas na arena mundial, abrem-se novas perspectivas também aos países e nações para passar ao socialismo.

Nas vésperas da grande Revolução Socialista de Outubro, Lenine escrevia lá: *«todas as nações virão ao socialismo, isso é inevitável; mas virão de uma forma não absolutamente idêntica: cada uma trará o que tem de original nesta ou naquela forma de democracia, esta ou aquela variedade da ditadura do proletariado, neste ou naquele ritmo de transformação socialista dos diferentes aspectos da sua vida social. Nada há de mais pobre, do ponto de vista teórico, nem de mais ridículo do ponto de vista prático, do que ver, nesta questão, tem nome do materialismo histórico», o futuro sob uma cor uniformemente cinzenta: isso seria uma tosa pintura primitiva, nada mais»*.

A experiência histórica confirmou plenamente esta tese genial de Lenine. Hoje, ao lado da forma soviética da reorganização da sociedade sobre princípios socialistas, existe a forma de democracia popular.

Na Polónia, na Bulgária, na Checoslováquia, na Albânia e em outros países europeus de democracia popular, esta forma surgiu e foi utilizada de acordo com as condições históricas, económicas e sociais concretas e com as particularidades de cada País. Foi submetida à prova sob todos os seus aspectos durante dez anos e justificou-se inteiramente.

A República Popular da China, cuja economia antes da vitória da revolução era muito atrasada e tinha um carácter semi-feudal e semi-colonial; contém muitos traços de originalidade na edificação socialista. Graças à conquista das alavancas de comando, o Estado democrático popular aplica, no decurso da revolução socialista, uma política de transformação pacífica da indústria e do comércio privados para os integrar gradualmente na economia socialista.

A direcção da obra grandiosa de transformação socialista exercida pelo Partido Comunista Chinês, pelos Partidos Comunistas e Operários dos outros países de democracia popular, tendo em conta a originalidade e os traços particulares de cada país — isto é, o marxismo criador em acção.

Na República Federativa Popular da Iugoslávia, onde o poder pertence aos trabalhadores e onde a sociedade se baseia sobre a propriedade social dos meios de produção, estabelecem-se, no decorrer da edificação socialista, formas originais e concretas de gestão da economia e de organização do aparelho administrativo.

É muito provável que as formas de passagem ao socialismo sejam cada vez mais variadas. E não é de modo algum obrigatório que a realização destas formas implique, em todas as circunstâncias, a guerra civil. Os nossos inimigos gostam de nos representar, a nós, leninistas, como partidários da violência sempre e em toda a ocasião. É verdade que reconhecemos a necessidade da transformação revolucionária da sociedade capitalista em sociedade socialista. É isto que distingue os marxistas revolucionários dos reformistas, dos oportunistas. É fora de dúvida que para muitos países capitalistas o derrubamento pela violência da ditadura burguesa e o agravamento brutal da luta de classes que o acompanha são inevitáveis. Mas as formas da revolução social são diferentes. Quando se pretende que nós vemos na violência e na

guerra civil o único meio de transformar a sociedade, isto não corresponde à realidade.

Sabe-se que em Abril de 1917, nas condições da época, Lênine admitia a possibilidade duma evolução pacífica da revolução russa. Sabe-se também que, depois da vitória da Revolução de Outubro, na primavera de 1918, Lênine traçava o seu célebre plano de construção socialista pacífica. Não foi culpa nossa se a burguesia russa e internacional organizou a contra-revolução, a intervenção armada e a guerra civil contra o jovem Estado Soviético e obrigou os operários e camponeses a pegar em armas. Como se sabe, nos países de democracia popular, numa outra situação histórica, pôde-se passar sem a guerra civil.

O leninismo ensina-nos que as classes dominantes não cedem o poder por sua própria vontade. Mas uma agudeza maior ou menor na luta, o emprego ou o não emprego da violência para passar ao socialismo dependem menos do proletariado do que da resistência oposta pelos exploradores, do que do emprego da violência pela própria classe exploradora.

Nesta ordem de ideias, coloca-se a questão de utilizar também a via parlamentar para passar ao socialismo. Esta via estava excluída para os bolcheviques russos que foram os primeiros a realizar a passagem para o socialismo. Lênine indicou-nos uma outra via, a da criação da República dos Soviotes, a única via justa nas condições históricas de então e, nesta via, obtivemos uma vitória de alcance histórico mundial.

Mas, desde aí, deram-se modificações radicais na situação histórica que permitem abordar a questão duma maneira nova. As forças do socialismo e da democracia cresceram imensamente no mundo inteiro, enquanto o capitalismo se tornou muito mais fraco. O poderoso campo dos países do socialismo, cuja população ultrapassa 900 milhões de habitantes, cresce e consolida-se. Ele mostra cada dia melhor as suas imensas forças interiores, as suas vantagens decisivas sobre o capitalismo. O socialismo tornou-se uma grande força de atracção para os operários, os camponeses e os intelectuais de todos os países. As ideias do socialismo apoderam-se realmente do espírito de toda a humanidade trabalhadora.

Além disso, nas condições actuais, a classe operária de diferentes países capitalistas tem a possibilidade real de unir sob a sua direcção a imensa maioria do povo e de

assegurar a passagem dos principais meios de produção para as mãos do povo. Os partidos burgueses de direito e os governos formados por eles caem cada vez com mais frequência. Então, a classe operária, unindo à sua volta o campesinato trabalhador, os intelectuais, todos as forças patrióticas e infligindo uma resposta decisiva aos elementos oportunistas incapazes de renunciar à política de entendimento com os capitalistas e os grandes agrários, está em condições de infligir uma derrota às forças reacçãoárias e anti-populares, de conquistar uma sólida maioria no Parlamento e de transformar este órgão da democracia burguesa em instrumento da verdadeira vontade popular. (Aplausos) Neste caso, esta instituição tradicional para numerosos países capitalistas altamente desenvolvidos pode tornar-se o órgão duma verdadeira democracia, duma democracia para os trabalhadores.

A conquista duma sólida maioria parlamentar, apoiando-se no movimento revolucionário de massas do proletariado e dos trabalhadores, criaria para a classe operária de diversos países capitalistas e de antigos países coloniais condições que assegurariam transformações sociais radicais.

É claro que, nos países onde o capitalismo é ainda forte, onde possui um enorme aparelho militar e policial, é inevitável uma séria resistência das forças reacçãoárias. A passagem ao socialismo far-se-á através duma luta de classes, duma luta revolucionária aguda.

Para todas as formas da passagem ao socialismo, é condição expressa, condição decisiva, a direcção política da classe operária com a sua vanguarda à cabeça. Sem isso, é impossível passar ao socialismo.

É preciso sublinhar com força que se condições mais favoráveis para a vitória do socialismo foram criadas nos outros países, isso é por que o socialismo triunfou na União Soviética e triunfa nos países de democracia popular. Ora a nossa vitória teria sido impossível se Lênine e o Partido Bolchevique não tivessem defendido o marxismo revolucionário na luta contra os reformistas que tinham rompido com o marxismo e se tinham lançado na via do oportunismo.

Tais são as considerações que o Comité Central do Partido julga necessário enunciar a propósito das formas de passagem ao socialismo nas condições actuais.

SOBRE A FRENTE NACIONAL ANTI-SALAZARISTA

por AMILCAR

Não se pode chegar à Frente Nacional Anti-Salazarista de um dia para o outro, e muito menos por ser esse o nosso desejo. Para se chegar à Frente Nacional Anti-Salazarista é preciso percorrer antes um caminho difícil, terão que ter lugar muitas acções da classe operária pelas suas reivindicações específicas e de todas as camadas da população portuguesa em defesa dos seus interesses particulares. Paralelamente, terão que ter lugar muitas acções de carácter político comuns a todas as classes da sociedade portuguesa, cujos interesses se choquem, de uma maneira ou de outra, com a camarilha salazarista. Tudo isto exigirá grandes esforços de carácter político e de organização por parte de todos os partidos e agrupamentos políticos democráticos e, em primeiro lugar, por parte do nosso Partido, e também por parte de todos os democratas, homens, mulheres e jovens sem partido.

Embora mais devagar do que desejaríamos, nós caminhamos para a Frente Nacional Anti-Salazarista. As acções de unidade anti-salazarista verificadas no decorrer do julgamento da Comissão Central do MND e durante as comemorações do dia 5 de Outubro e do dia 31 de Janeiro e as que decorrem actualmente no terreno da luta pela Anuidade e contra as escaladas «medidas de segurança», são aspectos práticos de unidade de acção que vão engrandecendo a frente que conduzirá à Frente Nacional Anti-Salazarista. O retor-a-

mento e alargamento da unidade da classe operária, mostrado em lutas como a greve dos pescadores e nas acções reivindicativas dos operários têxteis e corticeiros, etc., assim como as lutas dos operários agrícolas do Alentejo e Ribatejo, vão tornando caudalosa essa corrente de unidade para a acção que conduzirá o nosso povo à conquista das Liberdades Democráticas.

A UNIDADE POR CIMA NÃO É AINDA A FRENTE NACIONAL ANTI-SALAZARISTA

Mesmo no nosso Partido há quem pense que o fundamental para se chegar à Frente Nacional Anti-Salazarista é um acordo por cima, entre as direcções dos Partidos e agrupamentos políticos democráticos. Pensam mesmo que, uma vez realizado esse acordo, estaria paralelamente constituída a Frente Nacional Anti-Salazarista. Nada mais errado e perigoso. Os camaradas que assim pensam olham mais para o êxito imediato, mas efêmero, do que para o futuro do movimento. Parece esquecerem que tal unidade teria pouco valor por não ser virada para a mobilização das massas que cada agrupamento pudesse tocar ou influenciar.

Como já foi salientado na VI.ª Reunião Ampliada do Comité Central, a unidade por cima, entre as direcções dos partidos e agrupamentos políticos, é muito importante. Uma vez realizada, ela facilitará em boa medida a mobilização para a uni-

dade de vastas camadas da população, mas o ser muito importante não quer dizer, de modo algum, que seja o fundamental e muito menos que a maior parte da nossa atenção e actividade se virem para a sua realização. A unidade consegue-se antes de tudo na luta, e, como a experiência nos ensina, serão as lutas das massas pelas suas reivindicações económicas, políticas e sociais que, junto com factores políticos externos, vencerão muitas hesitações de um grande número de democratas de todas as tendências, abrirão largas perspectivas de vitória a um número ainda maior de democratas. Será tudo isto que criará as condições favoráveis à realização da unidade por cima numa base larga e confiante. A realização desta tarefa nas condições expostas virá então dar um novo e maior impulso à unificação de todas as forças democráticas e anti-salazaristas e à luta do nosso povo pelas liberdades democráticas, pelo pão e pela paz.

Para este aspecto do problema (que exige um grande trabalho de organização) se devem virar, em primeiro lugar, as atenções de todas as organizações do Partido e de todos os comunistas, e não, fundamentalmente, para o marco estreito de um acordo por cima desligado da acção das massas.

A acção do Partido pela realização da unidade deve ser simultânea, na base e no topo. A Direcção do nosso Partido já declarou estar pronta a discutir todas e quaisquer propostas que tenham por objectivo a realização da unidade de todas as forças democráticas e anti-salazaristas, que as Direcções de outros partidos e agrupamentos políticos queiram submeter à sua apreciação. A posição do nosso Partido continua inalterável: Está pronto a entrar imediatamente em conversações práticas para a realização da unidade por cima. Mas, repetimos, isto não quer dizer que a maior soma de esforços do nosso Partido se deva orientar nesse sentido. Ao contrário, os maiores esforços do Partido e das suas organizações devem ser virados para a organização e unidade da classe operária, em particular, e das massas trabalhadoras, em geral.

ORGANIZAR E UNIR A CLASSE OPERÁRIA, PASSO MAIS IMPORTANTE A DAR NO CAMINHO PARA A FRENTE NACIONAL ANTI-SALAZARISTA

O passo mais importante a dar no caminho que conduz à Frente Nacional Anti-Salazarista é e consiste em construir a sua base fundamental, base esta que não pode ter outra senão a realização efectiva da unidade da classe operária portuguesa à escala nacional, e não apenas nesta ou naquela região do País onde o espírito revolucionário e de classe dos trabalhadores seja mais desenvolvido. A unidade da classe operária forja-se na luta à base de uma só reivindicação concreta ou em torno de um conjunto de reivindicações mais sentidas e fundamentais. A luta por tais reivindicações, quer dizer, pela realização da unidade da classe operária, não pode nem deve tomar as mesmas formas em todas as regiões do país. Lá onde a classe operária tem uma maior experiência de lutas e é mais evoluída politicamente, as formas de organização serão naturalmente mais evoluídas e a acção das massas dirigida mais de frente para o objectivo a conquistar. Lá onde a classe operária tem menos experiência de luta e é menos evoluída do ponto de vista político, as formas de organização e de luta terão de ser, de princípio, mais simples, menos evoluídas. Se em determinada região, a acção dos operários pode ser orientada simultaneamente, digamos, para o patronato e para o sindicato, noutra região a orientação pode ter que ser orientada apenas para o sindicato, ou ter de se aconselhar e descobrir formas de luta ainda mais simples.

Nos países onde existem outros partidos operários além do Partido Comunista, o problema da unidade da classe operária coloca-se através da unidade de acção e também através da unidade com os dirigentes desses partidos. Mas no caso concreto de Portugal, e no momento presente não se põe sequer a questão da unidade da classe operária por cima, dada a inexistência de partidos operários ou de qualquer outra organiza-

ção operária política além do Partido Comunista Português. A actividade dos comunistas deve ser orientada para junto das massas trabalhadoras, quer para a empresa, onde devem procurar organizar os trabalhadores em comissões legais apropriadas para cada caso concreto de luta, quer para os sindicatos nacionais, para onde devem procurar levar os trabalhadores e organizar comissões legais com vista a esse objectivo.

Unida e organizada, a classe operária será a força mais poderosa da Frente Nacional Anti-Salazarista, ela será a base segura do êxito de toda a movimentação das forças democráticas e patrióticas portuguesas contra a camarilha salazarista, pelas liberdades democráticas, pela paz, pela independência nacional.

Unir e organizar a classe operária, no fogo da luta diária pelas suas reivindicações económicas, políticas e de paz, eis a primeira e permanente tarefa dos comunistas, eis a base poderosa da unidade de acção de todas as forças anti-salazaristas.

OUTROS PASSOS PARA SE CHEGAR À FRENTE NACIONAL ANTI-SALAZARISTA

Como atrás se conclui, não vamos esperar (e não se tem esperado) que se realize a unidade da classe operária em toda a sua largueza, para se passar a organizar acções conjuntas por objectivos comuns a todos os portugueses que aspiram a uma mudança de governo e de regime. De modo algum. O Partido deve procurar realizar acordos de unidade de acção com outros Partidos e agrupamentos políticos, quer à escala nacional, quer à escala local, regional e provincial. As acções para concretizar na prática esses acordos devem ser organizadas em comum e terem sempre em vista a mobilização das massas a quem mais directamente digam respeito os objectivos a conquistar ou os interesses a defender.

Muitas vezes a impaciência de se alcançarem sucessos, mais ou menos retumbantes, mas efêmeros, conduz a querer forçar-se os acontecimentos no sentido de se concluírem acordos de unidade por cima que abarquem todos os problemas, mesmo quando os factos nos mostram que ainda não estão criadas as condições para isso. A seguir-se tal orientação poder-se-ia ser conduzido justamente aquilo que se não deseja: a dificultar ainda mais a realização da unidade.

Para a realização de acções comuns por objectivos mais limitados, mas muito importantes, estão criadas as condições. Organizar e levar à prática tais acções, eis o que nos parece ser o caminho seguro para se chegar à unidade desejada — unidade forjada na luta diária por objectivos bem definidos e comuns a todas as forças democráticas.

A organização de movimentos específicos de carácter legal como, por exemplo, de um movimento nacional pela defesa das matérias primas nacionais, que estão a ser entregues, uma após outra, a monopólios estrangeiros pela camarilha salazarista; a organização de um largo movimento pela amnistia, ou apenas pela revogação do decreto que criou as celeradas «medidas de segurança»; a organização de um movimento pela abolição da censura, interessando nele não apenas a intelectualidade portuguesa, mas também os editores, os artistas e trabalhadores de teatro e de cinema, os tipógrafos, os proprietários dos jornais e revistas, numa palavra, todos aqueles que estão interessados no desenvolvimento e na defesa da cultura nacional e em defender os seus interesses económicos, atingidos pela censura; a organização de um movimento, na base da mais larga unidade democrática, por uma lei eleitoral decente e no sentido de levar todos os portugueses e portuguesas com direito a voto, a inscreverem-se nos cadernos eleitorais (a reconhecerem-se) e depois a verificar se realmente estão inscritos, com vista a uma possível participação dos democratas nas próximas eleições para deputados; a organização de um movimento por relações diplomáticas, económicas, culturais, desportivas, etc., com todos os países, na base da igualdade, respeito e vantagens mútuas; a organização de um amplo movimento das mulheres portuguesas pela defesa dos seus interesses específicos — a organização destes mo-

vimentos ou de outros, e o fortalecimento e alargamento dos movimentos democráticos e pela defesa da paz já existentes são outros passos indispensáveis no caminho a percorrer para se chegar à Frente Nacional Anti-Salazarista.

FRENTE NACIONAL ANTI-SALAZARISTA LEGAL OU CLANDESTINA?

A Frente Nacional Anti-Salazarista terá que ser, acima de tudo, um movimento largo e aberto, que viva e atue à luz clara do dia. Mas, claro está, ela terá de assentar na unidade de acção, em volta dum programa mínimo, de todos os partidos e agrupamentos políticos democráticos que, como é sabido, são forçados a lutar nas condições da mais feroz clandestinidade.

Segundo o nosso parecer, esta situação impõe a criação de um ou vários organismos, de carácter clandestino, que possam permitir aos partidos e agrupamentos políticos anti-fascistas entenderem-se, coordenarem a sua acção comum e assentarem na orientação geral a imprimir ao movimento geral anti-salazarista.

A Frente Nacional Anti-Salazarista só será verdadeiramente nacional quando todas as forças democráticas e anti-salazaristas estiverem unidas na luta e unirem, em volta do programa mínimo a elaborar, as largas massas populares — milhões de portugueses e portugueses.

Naturalmente que há quem se pronuncie apenas pela unidade e actividade legais; outros caem no lado oposto, pronunciando-se apenas pela unidade e actividade ilegais, clandestinas. O nosso Partido pensa que, para se criar em Portugal um movimento de unidade nacional suficientemente forte para derrubar o fascismo salazarista é absolutamente indispensável travar a luta nas duas frentes, quer dizer, coordenar bem as duas formas de actividade: a actividade ilegal, melhor dito, clandestina, e a actividade legal.

Nós, comunistas, não desejamos de forma alguma a actividade clandestina, não a amamos mesmo nada. Mas, dado que em Portugal não é reconhecido o direito de organização e de acção dos partidos políticos de oposição ao governo salazarista, o nosso dever é

realizar tal actividade, porque só assim se poderá orientar e coordenar eficazmente a luta do nosso povo pela sua libertação da praga fascista e da miséria.

Aproveitar todas as possibilidades legais de luta, e não só aproveitar as possibilidades existentes como forçar outras, é indispensável para quem se proponha forçar as condições para o assalto final à fortaleza fascista, ou seja, para reimplantar nas novas condições criadas, a democracia em Portugal.

Há actividades que nenhuma lei proíbe, que os democratas devem procurar por todos os meios realizar. Naturalmente, que o governo salazarista é um governo de ilegalidade, ele não cumpre mesmo muitas das suas próprias leis e, por isso mesmo, ele procurará por todas as formas, as mais ilegais, impedir toda e qualquer actividade política, social, cultural, recreativa, etc., de carácter progressivo. Mas, o dever dos democratas, e em primeiro lugar dos comunistas, é desmascarar por todos os meios ao seu alcance, desde os meios mais ou menos abertos aos meios mais subitís, as ilegalidades do governo entre as largas massas populares e chamá-las à acção para imporem, primeiro, um ou vários movimentos legais por objectivos específicos e mais ou menos limitados, com carácter permanente ou temporário, conforme os casos, e, por fim, imporem um só movimento democrático legal de massas que seja a expressão do pensamento dos vários sectores democráticos.

Em todos esses movimentos cabem todos os portugueses, mesmo aqueles que, iludidos, tenham no passado colaborado com a camarilha salazarista, mas que hoje verificam o seu erro; verificam que Portugal está a ser conduzido para a beira do abismo pela camarilha anti-nacional salazarista.

Serão tais movimentos, de carácter legal por objectivos concretos mais a realização da unidade de acção em volta de um programa mínimo entre todos os partidos políticos democráticos, no terreno clandestino, que darão por fim lugar à Frente Nacional Anti-Salazarista, indispensável para expulsar a camarilha salazarista do poder e implantar em Portugal a Democracia.

INTENSIFIQUEMOS A LUTA PELA PAZ!

por FERREIRA

Se como justamente se constatou na VI.^a Reunião Ampliada do C. C., o sectarismo atingiu, com maior ou menor gravidade, todos os escalões e sectores de trabalho do nosso Partido, facilmente se conclui que também os camaradas com tarefas legais foram atingidos por estes desvios sectários, o que muito se fez sentir no desenvolvimento da sua acção.

A luta pelas Liberdades Democráticas e pela Paz tem sido enfraquecida pelo sectarismo, cuja responsabilidade principal cabe, sem dúvida alguma, aos comunistas, como elementos destacados nas lutas populares pelo Pão, pela Paz, pela Democracia e a Independência Nacional.

No que diz respeito à luta pela Paz, podemos constatar que devido à debilidade da nossa acção, ela se fechou num círculo estreito, apesar de já em Fevereiro de 1952, no folheto «Unamo-nos em defesa da Paz» e depois no «MILITANTE» n.º 82, de Julho de 1955, como noutras publicações do Partido, se ter reconhecido que era o sectarismo a causa principal das debilidades da luta pela Paz, nem por isso fomos capazes, até agora, de combater eficazmente esse sectarismo nem conseguimos criar um clima de luta aberta pela Paz. Em vez disto, temos muitas vezes manifestado ideias erradas em relação à luta pela Paz, tal como aconteceu com aquele camarada que, em certa altura, dizia que a luta pela Paz não era um problema dos comunistas, e devíamos, portanto, alhear-nos desta luta.

Esta é uma incompreensão que tem existido em muitos camaradas, outra é a de haver camaradas que nos seus locais de trabalho, de estudo, etc., têm feito depender a luta pela Paz somente dos co-

munistas, procurando formar comissões só com militantes e simpatizantes do Partido. Estas duas tendências têm prejudicado grandemente o alargamento da luta pela Paz, pois nem os comunistas têm condições ou possibilidades de defender a Paz isolados das vastas camadas da população, nem a Paz pode ser devidamente defendida se os comunistas, como elementos destacados da classe operária, não desenvolvem todos os esforços para organizar e alargar esta luta.

Muito embora se tenham verificado nos últimos tempos alguns progressos no alargamento da luta pela Paz, podemos constatar que estes progressos não correspondem ainda aos sentimentos pacíficos do nosso Povo, tantas vezes manifestados nas mais variadas acções populares, cujo conteúdo de Paz é evidente. Isto foi assim na campanha de assinaturas de apoio ao Apelo de Estocolmo e na luta contra o Pacto do Atlântico, foi assim em Évora, quando da partida dos soldados de Artilharia 3 para a Índia, em que o povo quase rompia os cordões da polícia para impedir essa partida, o mesmo tendo acontecido em outras terras do Alentejo e em Lisboa, onde se fizeram expressivas manifestações à partida de outros soldados. Como expressões de Paz devem ser consideradas o luto das mães quando os seus filhos partem para a Índia, como aconteceu no Fundão, a indignação popular ante a mobilização dos soldados, seja para a Índia, seja para manobras militares. Como belas manifestações de Paz podem considerarse também as recepções feitas em muitas terras

do País quando da chegada de alguns soldados vindos da Índia, como aconteceu em Almogadim, onde o povo saiu para a rua a dar as boas vindas aos soldados e a mostrar-lhes o seu regozijo por terem voltado ao seu convívio. Em muitas localidades, os soldados foram esperados com bandas de música, foguetes, etc.. Estas também são formas de o povo expressar o seu amor à Paz e de reprovação à política de guerra do governo.

Há, porém, um grande desequilíbrio entre o ardente amor à Paz e a disposição de lutar por ela que animam o nosso povo, e a organização da luta pela Paz no nosso País. Não é, pois, por que o nosso povo não quer a Paz e não deseja lutar por ela, que a luta em defesa da Paz não se tem consolidado organicamente. As razões são bem outras, como se salientava em «O MILITANTE» n.º 67, de Abril de 1932, quando se assinalava que «muitos partidários da Paz estão a dar aspectos ilegais à luta pela Paz, o que só poderá servir os objectivos do fascismo, por os isolar das massas».

Esta verdade não foi ainda suficientemente apreendida, especialmente pelos militantes do nosso Partido e, por isso, a luta pela Paz continua fechada e demasiadamente exposta à repressão policial. Este facto tem também permitido que os governantes fascistas se sintam mais à vontade para fazer a sua descarada propaganda de guerra e de provocações contra o povo de Goa e a União Indiana e para engrenar o País no perigoso mecanismo da guerra que as potências imperialistas preparam.

PERSPECTIVAS PARA O ALARGAMENTO DA LUTA EM DEFESA DA PAZ

Se, pelo que fica dito, facilmente se conclui que desde há muito existem no nosso país condições objectivas para alargar mais a luta pela Paz, hoje essas condições são extraordinariamente maiores porque:

1.º — As modificações operadas na situação internacional favorecem cada vez mais a luta dos povos em defesa da Paz. Como salientou o camarada Krutchoy no seu informe ao XX.º Congresso do P.C.U.S., «existem agora numerosas forças sociais e políticas que dispõem de sérios recursos para não permitir que os imperialistas desencadeiem a guerra e, se tentarem começá-la, dar réplica fulminante aos agressores e desbaratar os seus planos aventureiros». Isto significa que a possibilidade de impedir a guerra e de esmagar as forças sinistras que a preparam está ao alcance dos povos.

2.º — O espírito de coexistência pacífica entre os Estados de regimes sociais diferentes ganhou fundas raízes entre os povos e constitui uma potente ajuda à luta contra as forças da discórdia internacional e da guerra em cada país.

3.º — A crescente luta travada pelos partidários da Paz de todo o mundo, com a União Soviética à frente, é tão ampla que até figuras destacadas, como o Papa Pio XII, estão a tomar posição a favor da Paz e contra o emprego e experiências de armas atómicas e de hidrogénio.

4.º — O nosso Partido, armado com as conclusões da VI.ª Reunião Ampliada, está hoje em melhores condições para organizar a luta contra a política salazarista de militarização da economia nacional, de cedência de bases militares aos imperialistas anglo-americanos, de discriminação nas relações comerciais, diplomáticas e culturais e em os países do campo socialista, de entrega das matérias primas básicas produzidas no País e nas colónias à indústria de guerra dos anglo-americanos e, finalmente, de negativa à solução pacífica do caso de Goa. A aplicação prática dessas conclusões permitirá ao Partido imprimir um carácter verdadeiramente amplo e aberto à luta em defesa da Paz.

Todas estas condições de idamente compreendidas e aproveitadas permitirão vencer rapidamente esse desequilíbrio entre o ardente desejo de Paz que anima vastas camadas do nosso povo e o estado actual

da organização da luta em defesa da Paz.

O QUE É PRECISO FAZER PARA ALARGAR A LUTA PELA PAZ?

Para ultrapassar rapidamente o sectarismo que impede o alargamento e a organização da luta pela Paz, é necessário tomar medidas para combater as ideias fechadas que ainda subsistem e que conduzem a luta pela Paz para o campo da semi-clandestinidade, que a isolam das largas camadas do povo. É necessário que a luta se abra amplamente de maneira a chegar a todos os locais de trabalho, de reunião, de recreio, de diversão, etc.. É necessário que ela atinja todas as camadas da população, especialmente as classes trabalhadoras que, com o seu dinamismo, têm condições para dar um forte impulso à luta pela Paz. É necessário que os comunistas fomentem a organização de comissões de Paz em todas as fábricas, oficinas, herdades, barcos, escolas, escritórios, ruas, bairros, localidades, em todos os locais onde se encontrem as pessoas simples do nosso povo.

Para tornar isto uma realidade no mais curto espaço de tempo, é necessário abrir discussão em todas as organizações do Partido, pois a tarefa de organizar a luta pela Paz pertence a todos os organismos e camaradas sem excepção.

Para que a luta pela Paz se torne uma luta verdadeiramente massiva, precisamos saber dar um conteúdo de Paz a todas as manifestações de carácter popular, desde as simples festas de aldeia a todas as manifestações populares recreativas, culturais, científicas, todas as manifestações que só são possíveis em tempo de Paz. São estas acções que abrirão caminho às mais vastas acções de Paz.

Precisamos saber igualmente aproveitar os sentimentos patrióticos das massas, tantas vezes demonstrados. O nosso povo não pode ficar indiferente perante a cedência de parcelas de território nacional aos imperialistas, seja feita ou não na base de arrendamentos. Por exemplo, este ano termina o contrato de arrendamento da base das Lagens; é nosso dever apoiar a luta para que não seja renovado, tal como o Boletim do Movimento da Paz já colocou.

Precisamos defender as matérias primas nacionais que estão a ser criminosamente desbaratadas, pondo em risco o futuro industrial do nosso País e o bem-estar do povo.

Precisamos desmascarar com mais persistência a chegada constante ao nosso País quer de esquadras americanas e inglesas, quer de oficiais e dirigentes da NATO que vêm fazer demonstrações e acertar planos de guerra.

Precisamos desmascarar os enormes gastos em material de guerra e campos militares feitos pelo governo, pondo em paralelo as verbas do Orçamento Geral do Estado que são destinadas a estes fins com as que são destinadas a obras de carácter pacífico e popular.

Precisamos de lutar para que se intensifique a acção das massas pelo desarmamento que é hoje uma luta fundamental, como salientou a última reunião do Conselho Mundial da Paz.

Precisamos de lutar para que sejam estabelecidas relações comerciais, diplomáticas e culturais com todos os povos, de maneira que os portugueses possam livremente tomar contacto com os outros povos e vice-versa.

Precisamos de intensificar muito mais a luta pela solução pacífica do problema de Goa, pela terminação do envio de soldados para Goa e pelo regresso dos que lá estão, entre os quais reina o maior descontentamento.

Precisamos de intensificar mais a recolha de assinaturas pela Paz, pelo desarmamento, contra o emprego e experiências de armas atómicas e de hidrogénio, etc..

Estão são algumas das principais medidas que podem alargar a luta da Paz e transformá-la num largo movimento de massas que corresponda às aspirações de Paz do nosso povo.

ELEVAR O NÍVEL IDEOLÓGICO DOS QUADROS!

Sobre as tarefas práticas e o «praticismo»

por FREITAS

O baixo nível político e ideológico dos quadros do nosso Partido tem sido um motivo sério a impedir o desenvolvimento do Partido e a sua ligação com as massas numa forma mais estreita. Da discussão aberta na VI.^a Reunião Ampliada foi constatado que uma das razões do nosso seclerismo reside no baixo nível ideológico dos quadros, pois, como se sabe, sendo os quadros quem estão encarregados de levar à prática a linha do Partido, ela não é aplicada correctamente se não for convenientemente assimilada.

Diz-se com frequência que muitos dos nossos quadros, asoberbados pelas tarefas práticas, têm caído num praticismo estreito que impede o seu desenvolvimento político e freia a elevação do seu nível ideológico. Daí o concluir-se ser necessário liquidar o praticismo para criar condições aos quadros para a elevação do seu nível ideológico. Isto é justo. Devemos, porém, ter ideias claras acerca desta questão, pois, de contrário, corre-se o risco de confundir as tarefas práticas com o praticismo. Corre-se o risco de pensar que, para liquidar o praticismo, é necessário deixar de realizar as tarefas do Partido ou corre-se o risco de sublimar a importância da realização das tarefas práticas, quando, na realidade, a elevação do nível ideológico dos quadros e o seu progresso político estão indissolúvelmente ligados à execução das tarefas do Partido. O problema da liquidação do praticismo consiste em que as tarefas práticas sejam executadas, não de qualquer maneira, mas numa forma correcta, de acordo com a linha política do Partido. Para isso, torna-se necessário que as tarefas sejam o produto da discussão política dentro dos organismos do Partido. Se assim fizermos sempre, i. quidaremos certamente o praticismo dos métodos de trabalho de direcção do Partido, pois, como sabemos, o praticismo é a realização mecânica das tarefas práticas do Partido.

A realização das tarefas práticas é a materialização da linha política do Partido. Mas os quadros e os organismos do Partido não podem materializar a linha política numa forma mecânica. Para materializarmos numa forma justa a linha do Partido, isto é, para realizarmos as tarefas do Partido, temos necessidade de estudar os factos e as situações que as justificam e as tornam necessárias, única maneira de realizar as tarefas numa forma consciente. É bom para o Partido e é bom para o desenvolvimento político dos próprios quadros que estes, ao levarem a cabo a execução das tarefas, estejam convencidos da sua necessidade e utilidade, e que, por consequência, actuem por convicção e não por disciplina. E isto consegue-se, na realidade, através do estudo e da discussão política.

O estudo necessário para a realização das tarefas de acordo com a linha do Partido e de acordo com os princípios do marxismo-leninismo obriga-nos a consultar e a estudar os materiais do Partido (Avantes, Militantes, Informes, etc.), onde está condensada a experiência do Partido, e obriga-nos, com frequência, a consultar e a estudar as obras dos nossos mestres e os materiais dos Partidos irmãos, onde está condensada a rica experiência do movimento operário internacional. Deste modo, conseguimos realizar as tarefas práticas do Partido numa forma correcta, liquidamos o praticismo nos nossos métodos de trabalho e elevamos o nosso nível político e ideológico.

Para que esta orientação possa ser levada à prática, é necessário realizar uma justa distribuição de tarefas, de modo a não «fogar» os quadros. Julgamos que se conseguir o objectivo desejado, desde que a cada quadro sejam distribuídas apenas as tarefas que ele pode realizar, dando-lhe o tempo necessário para as realizar e ajudando-o a distinguir, entre a multiplicidade de tarefas que hoje se apresentam, a quais, de entre elas, deve dar prioridade. A experiência do nosso Partido tem-nos demonstrado que, sempre que deixamos de ter em conta estes princípios no nosso trabalho de direcção,

seja em que escala for, os quadros atolam-se no praticismo que, com frequência, conduz à estagnação e à perda de perspectivas políticas. Assim se explicam casos de quadros jovens que haviam dado boas provas em tarefas que vinham realizando e onde demonstraram perspectivas de desenvolvimento como quadros, terem fracassado, quando, promovidos a organismos mais responsáveis, foram atocados com tarefas superiores às suas forças.

No que se refere à defesa dos quadros e do trabalho do Partido em geral, a questão da distribuição de tarefas assume uma grande importância. Na verdade, nas condições de rigorosa clandestinidade em que o nosso Partido é obrigado a viver e a lutar, quando a atenção dos nossos quadros se tem de concentrar, simultaneamente, na execução das tarefas e na defesa do Partido das arremetidas policiais, nestas condições, não fazer uma justa distribuição de tarefas pelos quadros, de harmonia com as suas condições e possibilidades de execução em cada momento dado, é fazer correr, aos quadros do Partido, graves riscos de carácter conspirativo.

Para a liquidação do praticismo nos métodos de trabalho de direcção do Partido tem uma importância considerável a rápida aplicação, por todos os organismos do Partido do princípio da descentralização das tarefas, princípio cuja importância e actualidade a VI.^a Reunião Ampliada acentuou e demonstrou ser necessário levar à prática com a devida rapidez. Quanto mais elevado é o escalão a que um quadro pertence, maior é a sua responsabilidade e, portanto, mais necessidade tem de elevar o seu nível ideológico, estudando as tarefas que lhe estão confiadas à luz do marxismo-leninismo, devendo dispor para isso do tempo necessário. No entanto, observa-se ainda com frequência que há organismos de direcção de importantes sectores da actividade do Partido, onde os camaradas funcionários que deles fazem parte dispõem de menos tempo para estudar do que outros quadros, funcionários também, de organismos sob o seu controle. Semelhante situação diz-nos que há uma excessiva e desnecessária centralização no organismo de direcção devido a uma deficiente distribuição de tarefas pelos quadros do sector. Como o Partido tem assinado, e esta deficiência não é estranha a falta de confiança na capacidade e possibilidades dos quadros menos responsáveis. No entanto, a vida está a demonstrar-nos a todo o momento que tais quadros são capazes, quando ajudados convenientemente.

A VI.^a Reunião Ampliada do Comité Central, deu uma contribuição poderosa à elevação do nível político e ideológico dos quadros do Partido. Os materiais dela saídos, em particular os Informes dos camaradas Amílcar e Gomes, constituem um precioso material de estudo para a elevação do nível ideológico dos militantes do Partido em ligação estreita com o cumprimento das importantes tarefas do Partido na hora presente. Importe, porém, para cumprirmos a palavra de ordem da VI.^a Reunião Ampliada no que diz respeito à elevação do nível ideológico dos quadros do Partido, fazer tudo para liquidarmos o praticismo nos nossos métodos de trabalho. Deste esforço vigoroso e sadio do todo o Partido depende a materialização da justa linha do Partido no que se refere a tarefas tão importantes e inadiáveis, tais como o reforço da organização do Partido e sua ligação mais estreita com as massas; o fazermos do Programa do Partido o Programa do povo; a liquidação do seclerismo nas nossas fileiras e o alargamento da Unidade a todas as forças patrióticas e democráticas, como o único caminho para a criação de uma Ampla Frente Nacional; Anti-Salazarista que conduza a uma mudança de governo e de regime, como os interesses do povo português exigem.

SOBRE PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO

OS COMUNISTAS DEFENDEM-SE, LIGANDO A SUA ACÇÃO À ACÇÃO DAS MASSAS

Há no nosso Partido alguns militantes, que não obstante serem homens honrados e dedicados ao Partido, vivem e actuam desligados das massas devido a uma errada concepção quanto à sua defesa pessoal. Estes militantes começam geralmente por se destacar entre os seus companheiros de trabalho, não tanto pelo que fazem mas mais pelo que dizem. São geralmente pouco cuidadosos e, por isso, conhecidos como pessoas «avançadas», pessoas que sabem o que dizem, etc. Actuando demasiado numa base individual, fogem à realização de um trabalho colectivo, travando, assim, o desenvolvimento da organização. O estilo de trabalho destes camaradas faz com que deem nas vistas ao contrário do que conviria, chamando sobre si a atenção dos bujos e patrões, pelo que são por estes apontados como instigadores, sempre que os trabalhadores se movimentam para apresentar as suas reivindicações.

As intimidações e ameaças, mais ou menos veledas, dos patrões e encarregados sobre estes camaradas, acentuam-se quando os trabalhadores, não vendo satisfeitos os seus pedidos, ameaçam passar a formas superiores de luta (concentrações, pequenas paralizações e greves). É, geralmente, a partir deste momento que os nossos militantes se revelam «travões» à acção das massas, recendo que uma grande movimentação chame sobre si a repressão, uma vez que são eles os elementos apontados pelo patronato como os eventuais responsáveis. Tendo-se apercebido, embora tardiamente, dos inconvenientes de se descobrir em demasia, caem no extremo oposto, isolando-se das massas e passando a «ver» polícias por toda a parte, esquivando-se a manter um contacto estreito com a organização e fugindo a participar em reuniões colectivas.

Por uma falsa concepção de defesa e sobretudo por que subordinam os interesses dos trabalhadores e do Partido ao que julgam ser o seu interesse pessoal, fazem tudo para que nenhuma luta se desenvolva e para que a organização do Partido não dê sinal de vida, a fim de não serem apontados como os seus responsáveis. Julgam, assim, erradamente, ficar ao abrigo da repressão fascista.

A experiência tem-nos demonstrado, através de mil e um exemplos, que os militantes do Partido não se defendem melhor quando se isolam das massas. O procedimento destes camaradas pode-se comparar ao procedimento da avestruz que esconde a cabeça ao pressentir a aproximação de qualquer perigo, julgando estar defendida só porque não vê o perigo aproximar-se. Mas um comunista não pode fazer como a avestruz, não pode nem deve virar a cara à luta e aos perigos a que, sob o regime fascista, está sempre exposto um combatente de vanguarda. Deve, sim, armado com a experiência e os ensinamentos do Partido, saber prever esses perigos e fugir-se a eles duma forma consequente e nunca pela fuga à luta. A fuga à luta, duma forma mais clara ou menos clara, a que recorrem os tais camaradas, não é própria dum trabalhador de vanguarda. É um erro que nada resolve, pois tais camaradas enganam-se profundamente se julgam estar mais defendidos isolados das massas. O exemplo que vamos relatar, entre outros que a luta nos revela frequentemente, poderá demonstrá-lo.

Numa empresa importante da região de Lisboa, o camarada X. revelou-se em determinada altura um trabalhador destacado e dedicado à sua classe. Sob a orientação do Partido, destacou-se como membro da comissão de unidade da sua empresa, a qual, apoiada por todos os trabalhadores, exigiu do patronato aumento de salários e outras reivindicações expressas numa exposição que todos os trabalhadores assinaram. Em determinada altura, para tentar intimidar os trabalhadores

que ameaçavam fazer greve em apoio das suas reivindicações, o patronato chamou a PIDE que prendeu alguns membros da comissão, entre eles o nosso camarada X. Entretanto, os trabalhadores não se intimidaram e, como resposta, elegeram nova comissão ainda mais ampla que, continuando a luta, sempre apoiada nas massas, conseguiu, através de várias concentrações, não só o aumento de salários como também a libertação e a reintegração dos membros da comissão que haviam sido presos. Esta vitória foi possível porque o nosso camarada, na sua acção, manteve-se sempre ligado às massas da empresa e a organização da empresa soube interessar os trabalhadores em todos os passos da luta; daí se explica ter sido fácil levar os trabalhadores a exigir a libertação e reintegração dos companheiros presos. É de salientar ainda que, durante o tempo de prisão (várias semanas), sempre os seus companheiros lhes fizeram as férias, num belo gesto de solidariedade. Entretanto, passados meses, o procedimento do camarada X. começou a reflectir os efeitos negativos das pressões e intimidações da polícia e do patronato. Intimidado, começou a recuar no trabalho do Partido e a isolar-se cada vez mais dos seus companheiros de trabalho. Tornou-se um travão ao desenvolvimento de novas lutas dos trabalhadores da empresa e durante o tempo em que permaneceu ainda à frente da organização do Partido na sua empresa, impediu o desenvolvimento da organização e a execução dos tarefas do Partido. Face a esta situação, o Partido foi obrigado a tomar medidas, colocando o camarada X. num segundo plano e destacando camaradas mais jovens para responsáveis da organização. O resultado não se fez esperar. A organização desenvolveu-se em estreita ligação com as massas, ficando de novo em condições de dirigir a luta dos trabalhadores por novo aumento de salários que fizesse face ao agravamento do custo de vida que já então se verificara desde o aumento anterior. Para resumir, diremos que, logo que os trabalhadores se começaram a movimentar, o camarada X. foi despedido da empresa. Simplesmente, desta vez, os trabalhadores não levantaram um dedo em sua defesa! Isto aconteceu porque o camarada X. se isolou das massas que até então o haviam defendido. O patronato, apercebendo-se do facto de ele ser agora um elemento menos destacado e com menos simpatia entre as massas, aproveitou a oportunidade para exercer sobre ele uma represália que na luta anterior só a vigilância e apoio das massas haviam impedido.

Este exemplo demonstra-nos que não só é justo como necessário permanecermos sempre ligados às massas como a unha com a carne. O procedimento do camarada X. e daqueles que, como ele, fogem à luta só porque receiam a repressão, só se explica pelo baixo nível político desses camaradas. Na verdade, é necessário convencermos-nos de que não há luta sem sacrifícios, e que, sem luta, nenhuma reivindicação consegue triunfar. Por outro lado, por mais duras que sejam as consequências da repressão fascista que cai sobre os trabalhadores de vanguarda e todos os anti-fascistas que lutam contra a exploração e a dominação dos governantes salazaristas, mais duras e mais prejudiciais são para a classe trabalhadora e todo o nosso povo as consequências da dominação fascista sobre a nação portuguesa.

Por tudo isto, é para os comunistas um ponto de honra permanecerem nas primeiras filas das lutas do nosso povo, as quais forjarão a Unidade de todos os patriotas e democratas portugueses para libertar Portugal da praga fascista. É isto que as massas compreendem como necessário, é isto que exigem dos comunistas como lutadores de vanguarda.